

Fontes e seus enquadramentos: as notícias sobre delinquência juvenil

Maria José Brites*

Índice

1	Introdução	1
2	Enquadramentos na cobertura jornalística	2
3	As vozes das notícias	3
4	Metodologia	6
5	Fontes jornalísticas nas peças sobre delinquência juvenil (1993-2003)	7
6	Notas conclusivas	14
7	Bibliografia	15

1 Introdução

O jornalismo tem uma tendência predominante de cobertura de assuntos de rotina com enquadramentos episódicos, centrados em fontes oficiais ou mesmo na ausência de fontes. Apesar disso, em momentos específicos, como quando se assinala uma data (ex: dia da criança) ou ocorre um evento extraordinário, os jornalistas mostram que são capazes de fazer um enquadramento mais aprofundado dos assuntos que

*Bolseira de doutoramento da FCT, é mestre em Estudos dos Media e Jornalismo pela FCSH-UNL. Lecciona História do Jornalismo na Universidade Lusófona do Porto e é membro do CIMJ.

vão, igualmente, passando pelas agendas em sistema de rotina. Tendo como intenção melhor compreender as rotinas jornalísticas de acesso e uso das fontes de informação, apresentamos uma parte de um estudo de caso sobre a cobertura noticiosa da delinquência juvenil em dois jornais portugueses com orientações diferentes, o *Público* e o *Correio da Manhã*.

Palavras-chave: delinquência juvenil, fontes, enquadramentos.

2 Enquadramentos na cobertura jornalística

Os enquadramentos jornalísticos foram trabalhados por Gaye Tuchman para quem “as notícias são uma janela para o mundo. [...] A panorâmica através de uma janela depende de esta ser larga ou estreita, de ter muitas ou poucas traves, do vidro ser opaco ou transparente, do facto de a janela dar para uma rua ou para um quintal” (1980: 1). A autora considera que a produção de notícias constitui um acto de construção da realidade e não uma imagem da realidade. Esta reflexão é partilhada por vários investigadores, sendo recorrente em muitos estudos: “Embora as notícias não sejam ficção, são uma ‘estória’ sobre a realidade, não a realidade em si” (Bird e Dardenne, 1999: 276).

Erving Goffman considera que “as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles; o enquadramento é a palavra que eu uso para me referir a estes elementos básicos que consigo identificar” (1986: 10 e 11).

Robert Entman, que estudou o racismo para se debruçar sobre os enquadramentos, numa pesquisa que contemplou a análise de peças televisivas, verificou que em acontecimentos que envolveram jovens de diferentes etnias “a perspectiva branca do acontecimento dominou a história” (1997: 284). O autor – que apurou na sua investigação que as duas raparigas identificadas como “negras” nunca foram citadas – considera que, “nas *estórias* analisadas, o crime reportado mostrou os negros como particularmente ameaçadores” (1997: 286). Reforçando esta mesma ideia, outros autores consideram que “as notícias típicas

sobre crime consistem em dois ‘*scripts*’: o crime é violento e os criminosos são não-brancos” (Gilliam Jr. *et al*, 1997: 288).

Inevitavelmente, a construção do olhar é feita através de perspectivas veiculadas a cada minuto, designadamente através dos *media*. Dearing e Rogers identificam os enquadramentos como significados pelos quais um sentido particular é dado a um assunto (1996: 64). Estas construções definem parâmetros, significados e simbolismos. Os enquadramentos noticiosos são de tal forma importantes que podem implicar a forma como um determinado problema ou assunto é encarado social e politicamente.

Os enquadramentos podem tornar um ponto de vista mais importante e, assim, enfatizar uma causa particular desse fenómeno. “O conceito de enquadramento refere-se a uma alteração subtil na indicação ou apresentação de julgamentos e escolha de problemas” (Iyengar, 1991: 11).

Shanto Iyengar propõe uma definição de enquadramentos temáticos e episódicos, centrados no recorte noticioso escolhido. “Os enquadramentos noticiosos episódicos focam acontecimentos específicos ou casos particulares, enquanto os temáticos colocam os assuntos políticos e os acontecimentos num enquadramento geral” (Iyengar, 1991: 2). Conforme se poderá verificar, vários estudos apontam para o facto de os enquadramentos episódicos estarem mais associados a cobertura de rotina. A diferença fundamental entre enquadramentos episódicos e temáticos tem a ver com o facto de os primeiros abarcarem acontecimentos concretos que ilustram assuntos, enquanto os segundos apresentam uma evidência colectiva ou geral (Iyengar, 1991: 14).

Quanto à forma como são reportadas as *estórias* sobre violência juvenil, McManus e Dorfman alertam para o seguinte facto: Se se perguntar a um jornalista que motivos podem estar na origem da violência, dificilmente este responderá que isso sucede apenas porque alguém decide magoar alguém. ‘t’Sabemos que os jornalistas respondem com a complexidade apropriada, porque foi o que fizeram na cobertura do tiroteio em Columbine. Porém, a maior parte dessa complexidade é deixada de lado durante um ano de cobertura jornalística da violência juvenil” (2000: 6).

3 As vozes das notícias

Um dos enfoques de análise das pesquisas sobre a cobertura da delinquência juvenil é o das fontes, as vozes encontradas nas peças em análise, também elas proponentes de enquadramentos. As regras profissionais da imparcialidade e do equilíbrio, assim como da separação de factos e opinião “dão origem à prática de assegurar que as afirmações dos *media* sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações ‘objectivas’ e ‘autorizadas’ de fontes ‘dignas de crédito’ ” (Hall *et al*, 1999: 229). Há, como tal, fontes privilegiadas, que atestam de forma mais inequívoca estes parâmetros e que, como tal, estreitam as vozes.

As fontes de informação são elementos fundamentais da produção noticiosa. “A estratégia seguida pela fonte é fazer chegar aos jornalistas informação julgada útil para a sua organização. Apesar de as regras habituais indicarem que as fontes devem prestar informação correcta, muitas vezes trabalham com dados falsos” (Santos, 2006: 75). Este mesmo autor considera que os jornalistas preferem as fontes oficiais, apesar de nem sempre serem rápidas nas respostas. Já as fontes não oficiais podem atingir a agenda noticiosa em alturas específicas (2006: 77 e 79) e, para além destas, é de assinalar as fontes especialistas, que apresentam conhecimentos válidos sobre um determinado assunto, atestando informações mais específicas e especializadas.

“Os jornalistas respeitam as suas fontes oficiais, reportando o que essas fontes lhes contam. [...] A necessidade de atrair a audiência e captar a sua atenção encoraja os jornalistas a dramatizar as *estórias*, mas eles raramente o fazem quando se reportam a fontes oficiais de topo” (Gans, 2003: 46). Para este autor os jornalistas podem sentir-se desencorajados a avançar com *estórias* sob o “radar” das fontes oficiais.

Quando se trata de falar especificamente de notícias que envolvem crime ou delinquência, “os *media* parecem estar mais fortemente dependentes das instituições de controlo de crime para as suas ‘*estórias*’ do que praticamente em qualquer outra área. A polícia, os porta-vozes do Ministério do Interior e os tribunais constituem um quase monopólio como fontes de notícias de crime nos *media*” (Hall *et al*, 1999: 239). Com uma forte presença das fontes institucionais, especialmente as policiais, são relegadas para um plano inferior as fontes mais diversifi-

cadadas, como as testemunhas oculares (Hall *et al*, 1999: 239; Schlesinger e Tumber, 1994: 106). A informação fornecida aos jornalistas pelas fontes, muitas vezes, já pressupõe um enquadramento implícito que serve as finalidades da fonte.

Nas matérias de delinquência juvenil, entre as fontes mais destacadas, segundo a ANDI, encontram-se as policiais (25%), seguidas dos familiares das vítimas (11,1%). Todas as outras são de menor importância, mesmo quando agregadas em grupos maiores. Na realidade, esta pesquisa apresenta uma desagregação muito grande de categorias, o que também não permite olhar facilmente para grandes temáticas, como fontes políticas (por exemplo, executivo federal, executivo estadual e executivo municipal), fontes judiciais (por exemplo, judiciário, ministério público e legislativo municipal) e instituições (por exemplo, organizações da sociedade civil, fundações e associações). Ao nível da desagregação é de assinalar que, à semelhança do que se verifica noutros estudos, os jovens assim como as crianças são vozes menores: 1,1% e 0,2% respectivamente (Vivarta, 2001: 33).

Os jovens geralmente estão ausentes do grupo das fontes noticiosas. Normalmente não são considerados fontes com autoridade em assuntos que a eles mesmos dizem respeito. “Os jovens e os que os advogam raramente têm acesso às reportagens dos principais *media* relacionadas com temas de crime” (Bessant, 1997: 96).

Os especialistas também são identificados como fontes em *Crianças em Notícia*, de Cristina Ponte, sendo, neste caso, a opinião retirada das palavras de um jornalista, que atenta sobre as fontes ouvidas em situações que envolvem crime e “miúdos”:

“... nestas alturas tentamos ser politicamente correctos, vamos buscar especialistas, não queremos ferir a lei nem o segredo de justiça. Às vezes os especialistas não têm nada para dizer, dizem banalidades, às vezes o jornalista tem coisas mais interessantes para dizer mas é preciso ouvir o especialista... A preocupação do jornal nestas alturas é equilibrar as coisas, não ir na derrapagem” (in Ponte: 2005, 177).

Certo é também que as notícias nem sempre citam ou referenciam fontes de qualquer natureza. A ausência de vozes pode fazer com que as

estórias não sejam contadas convenientemente e certamente essa situação deixa o leitor sem saber qual é o autor e, conseqüentemente, o responsável por aquilo que está a ler (Cytrynblum, 2004: 20). A falta de fontes pode indicar também as dificuldades dos jornalistas em acederem às vozes.

É de referir que a relação entre os jornalistas e as fontes também está dependente de factores como as relações entre a empresa jornalística em que se insere e as fontes. As opressões em demasia podem ser tão fortes que levam a que o jornalista deixe de reflectir sobre os critérios de selecção da notícia e do seu tratamento (Cornu, 1994: 272 e 273).

As fontes anónimas, revelam os estudos, muitas vezes encobrem opiniões e considerandos dos próprios jornalistas, bem como fontes oficiais ou amigos do jornalista (Santos, 2006: 82). Apesar de esta ser uma prática frequente, é desejável que sejam citadas, até para credibilizar a informação.

4 Metodologia

Neste estudo sobre a cobertura noticiosa da delinquência juvenil analisaram-se dois jornais, o *Correio da Manhã* (CM) e o *Público*, tendo sido estudadas 762 unidades de redacção¹ (549 no CM e 213 no *Público*). O estudo incidiu sobre cinco períodos de seis meses cada ao longo de 10 anos (1993, 1998, 2000, 2001 e 2003). Neste artigo específico (apenas uma parte da investigação mais alargada), iremos incidir na análise quantitativa sobre as fontes e os enquadramentos noticiosos encontrados nas unidades de redacção. Para além do enfoque sobre as peças

¹ Consideraram-se todas as primeiras páginas em separado, bem como as peças de opinião e, no interior, a delimitação da unidade de redacção adveio da autonomia e unidade do seu conteúdo, identificado pelo título da peça principal. Ao contrário do que acontecia há alguns anos, em que, por exemplo, os textos eram divididos por subtítulos, actualmente podem ser compostos de textos divididos por subtítulos, por quadros, por pequenas caixas – que quebram a rotina do texto – e que devem ser entendidas como um todo.

jornalísticas, daremos também conta da opinião de dois entrevistados editores/jornalistas do *CM* e do *Público*².

Quais são as fontes utilizadas por cada um dos jornais? O que nos dizem essas opções das culturas jornalísticas dos dois periódicos?

5 Fontes jornalísticas nas peças sobre delinquência juvenil (1993-2003)

Fontes	93				98				00				01				03			
	P	%	CM	%	P	%	CM	%	P	%	CM	%	P	%	CM	%	P	%	CM	%
Policiais	27	38,6	13	14,1	14	24,1	21	24,1	22	17,1	52	23,2	8	17,8	47	30,1	3	14,3	30	28,6
Governmentais	3	4,3	0	0,0	3	5,2	2	2,3	9	7,0	14	6,3	2	4,4	2	1,3	0	0,0	0	0,0
Políticas	2	2,9	0	0,0	3	5,2	0	0,0	4	3,1	8	3,6	3	6,7	5	3,2	0	0,0	0	0,0
Org.e Institu.	5	7,1	0	0,0	2	3,4	2	2,3	11	8,5	8	3,6	2	4,4	5	3,2	1	4,8	2	1,9
Especialistas	3	4,3	4	4,3	4	6,9	1	1,1	11	8,5	7	3,1	0	0,0	2	1,3	1	4,8	3	2,9
Testemunhas	0	0,0	2	2,2	2	3,4	2	2,3	1	0,8	9	4,0	1	2,2	1	0,6	0	0,0	1	1,0
Vizinhos/mora.	1	1,4	4	4,3	0	0,0	3	3,4	6	4,7	7	3,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	8,6
Amigos/familiares	2	2,9	5	5,4	0	0,0	1	1,1	7	5,4	8	3,6	3	6,7	2	1,3	0	0,0	3	2,9
Mídia	6	8,6	0	0,0	9	15,5	0	0,0	8	6,2	3	1,3	3	6,7	4	2,6	4	19,0	1	1,0
Jovens	2	2,9	0	0,0	3	5,2	1	1,1	0	0,0	2	0,9	3	6,7	1	0,6	0	0,0	0	0,0
Judiciais	8	11,4	2	2,2	5	8,6	2	2,3	5	3,9	5	2,2	2	4,4	4	2,6	1	4,8	2	1,9
Autor	2	2,9	1	1,1	0	0,0	0	0,0	1	0,8	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,0
Vítimas	2	2,9	3	3,3	0	0,0	6	6,9	4	3,1	12	5,4	2	4,4	7	4,5	1	4,8	6	5,7
Fonte anônima	1	1,4	0	0,0	3	5,2	3	3,4	4	3,1	6	2,7	0	0,0	5	3,2	1	4,8	6	5,7
Outras	2	2,9	1	1,1	2	3,4	2	2,3	8	6,2	6	2,7	8	17,8	5	3,2	1	4,8	3	2,9
Sem referência	4	5,7	57	62,0	8	13,8	41	47,1	28	21,7	76	33,9	8	17,8	66	42,3	8	38,1	38	36,2
Total	70	100	92	100	58	100	87	100	129	100	4	100	45	100	6	100	21	100	5	100

Quadro 1: Fontes³

Um primeiro olhar para as fontes descobertas nos jornais começa a revelar-se padrões dos dois jornais.

² Optámos por não colocar os nomes dos entrevistados, pois mais do que os nomes são importantes as suas opiniões enquanto jornalistas e editores.

³ Admitida mais do que uma indicação por unidade de redacção.

Um dos dados que mais ressalta numa primeira observação é uma certa tendência para ausência de fontes. No *Público*, isso acontece com maior acuidade em 2000, 2001 e 2003 (com uma variação entre os 17,8% e os 38,1%) e no *CM* com especial relevância em 1993 (62,0%) e em 1998 (47,1%), embora nos outros três anos esta categoria também tenha valores elevados, entre os 33,9% e os 42,3%. Convém ainda assinalar que o ano de 2000 foi aquele em que, percentualmente, o *CM* teve menos peças sem vozes. De assinalar ainda o escasso recurso à “fonte anónima” e à fonte jovem, sendo que neste último caso se confirma, como em outros estudos, que são os adultos que enquadram as imagens dos jovens e não os próprios jovens.

As fontes policiais são as mais representativas, nos dois periódicos em qualquer um dos períodos (com exceção do *Público* em 2003), o que se coaduna com autores como Schlesinger e Tumber, Hall e ANDI que apontam para que as fontes policiais estejam muito associadas às notícias de crime e de delinquência.

A tabela das fontes suscita duas observações imediatas em 1993, se olharmos para outros pormenores que não os anteriores. No *Público*, há fontes governamentais, políticas e de organizações, o que não sucede no *CM*. Mas no que concerne às vozes mais próximas dos acontecimentos, essas prevalecem no *CM*, caso das testemunhas oculares, vizinhos/moradores, amigos/familiares.

Em 1998, olhando apenas para o *Público*, assinala-se que o grupo constituído pelas fontes governamentais e políticas apresenta mais de 10% das fontes presentes, mantendo o padrão anterior, e os especialistas atingem mais de 6%. Isoladamente, a citação de outros *media* como fonte ascende a 15,5% e as fontes judiciais a 8,6%. Estas percentagens podem parecer irrelevantes, mas são as mais destacadas depois das policiais.

No *CM*, o panorama é diferente, assinalando-se novamente a marca das fontes mais próximas ou do acontecimento, ou do autor ou da vítima, no fundo as fontes com que o leitor também se pode identificar. Individualmente é de assinalar os 6,9% de fontes vítimas e a junção de testemunhas oculares, vizinhos e amigos e familiares que representa quase 7%, continuando a superar o *Público*.

O ano 2000, entre os cinco períodos em análise, é o mais diversificado no que respeita às vozes ouvidas e também, a par de 2008, um

período em que ambos jornais apresentam mais artigos com enquadramento temático. O peso do Caso CREL⁴ contribui para este crescimento da cobertura temática e decréscimo da episódica.

Observando a anexação das governamentais e políticas, chega-se a percentagens muito parecidas nos dois periódicos, ambos na ordem dos 10%. Estes números mostram que o período foi politizado, uma vez que em ciclos anteriores estas fontes praticamente estiveram ausentes do *CM*. O peso dos especialistas também se acentuou neste espaço de tempo, com percentagens totais de 8,5% no *Público* e de 3,1% no *CM*. As vozes dos vizinhos, amigos/familiares e testemunhas oculares atingiram os 10,9% no *Público* e os 10,7% no *CM*. O número, neste caso, é invulgar no *Público*, onde estas fontes têm tido um peso menor.

Em 2001, existe uma grande dispersão de fontes e deixou de existir a diversidade de vozes encontradas no período anterior.

As fontes de informação continuam a escassear no período de 2003. No *Público*, 38,1% das peças não têm fontes e no *CM* os valores chegam aos 36,2%, sendo de referir, porém, que neste caso este é o segundo valor mais baixo relativamente a ausência de fontes no *CM*. As fontes policiais continuam a dominar percentualmente e no caso do *Público* é de assinalar como fontes outros *media* e no *CM* a junção de testemunhas oculares, com vizinhos e amigos/familiares.

A categoria “outra situação” tem percentagens mais significativas no *Público* de 2000 e de 2001 pelo facto de neste quadro de síntese não estarem assinaladas as fontes documentais.

Quando se percebe da leitura das peças que há indicação do tipo de fonte contactada, as policiais, de uma forma geral, são imperiosas, no tratamento jornalístico da delinquência juvenil. Os dois editores entrevistados atestam este facto, apesar de assinalarem também as diferenças existentes no tipo de fontes abordadas por cada um deles e que marcam as práticas jornalísticas.

Começando pelo *Público*, o editor entrevistado reconhece a importância às fontes policiais, embora faça questão de frisar que as suas informações têm de ser verificadas, até pelo facto de, muitas vezes,

⁴ Na madrugada de 19 para 20 de Julho de 2000, um grupo de jovens lançou o pânico na Circular Regional Externa de Lisboa – CREL, em Lisboa. Levaram a cabo vários assaltos e agressões a pessoas na via pública e nas bombas de gasolina, encontrando-se entre as vítimas a conhecida atriz Lídia Franco.

serem elas a origem dos textos. Percebe-se, ainda, que no *Público* as polícias também são consideradas importantes por possuírem especialistas internos, que podem aprofundar os assuntos tratados, ou seja, na identificação das razões pelas quais os assuntos existem.

“Sim. Para começar pelo facto de serem eles [polícias] que estão na raiz da notícia, são eles que investigam. Quando fazemos uma notícia já é a investigação que está a acontecer e, depois, porque as polícias têm especialistas em determinadas áreas e, muitas vezes, permitem contar histórias que não são a história daquela mas de outras, uma vaga de assaltos em bombas de gasolina. [...]”

Agora, por ser uma fonte muito importante obriga-nos, entre aspas, a não acreditar ou a não confiar apenas naquilo que eles dizem, porque a polícia é uma fonte muito importante e, como tal, faz passar as suas notícias para os jornais.”

A prática no *Público*, confirma o mesmo editor, é a procura de especialistas como fontes. *“Se vamos ao local vamos ouvir o vizinho e o pai, mas o que pensamos é que se um assunto merece uma reportagem é porque merece uma análise mais aprofundada e essa análise mais aprofundada tem de ser feita por quem tem algum tipo de conhecimento extra, quem tem algum tipo de trabalhos, uma visão sobre o assunto”*, salienta o editor que, apesar disso, reconhece a dificuldade de relacionamento entre jornalistas e académicos, na luta entre a simplificação e o receio de perda de informação: *“Simplificar é um palavrão para um académico e para nós é a Bíblia, nós temos de simplificar sempre”*. A demanda de aprofundamento dos temas segue uma linha de actuação do jornal que procura fazer pensar: *“Temos muita preocupação em ir buscar pessoas que saibam falar sobre o assunto e que ponham as pessoas a pensar sobre o assunto. [...] É um trabalho muito importante, porque um país que não pensa não evolui. Nós temos que pôr as pessoas a pensar sobre um assunto de que andam a falar, porque assim podem falar um bocadinho mais. É uma preocupação”*.

Porém, este hábito jornalístico também parece colocar interrogações ao nível da prática jornalística no *Público*, pelo menos no que respeita a esta temática, sendo evidente o privilégio de uma rede de contactos que

tende, aparentemente, a sobrepor-se à rotina de ir ao local. Este *modus operandi* acaba por ser um ponto de conflito na forma como o jornal posiciona as suas práticas de cobertura da delinquência juvenil.

“Não deveria ser assim, do meu ponto de vista, nós aqui tentamos equilibrar as duas coisas, porque ir ao terreno é um trabalho difícil e, quando falamos de delinquência juvenil, é difícil, é de estômago, é brutal para as pessoas que o fazem, é muito complicado, mas é preciso fazê-lo. É muito mais confortável fazer um trabalho de gabinete, ter duas ou três pessoas que olham para o assunto e dizemos que somos um jornal fantástico. Não. Tem de haver uma ligação à terra, caso contrário não funciona. Eventualmente, haverá no Público uma sobreposição do teórico sobre o prático, que eu tento que na minha secção não seja tão nítida. Gostava que as coisas estivessem equilibradas. Pelo menos tentamos essa ligação à terra, ter as pessoas a contar.”

No CM, as práticas jornalísticas, nas palavras do editor entrevistado, parecem ser diferentes. O ponto comum é a necessidade de ouvir as polícias e o exercício de uma rotina jornalística mais no sentido da ida ao local para recolher testemunhos, desvalorizando os especialistas.

“Um jornal como o Correio da Manhã que é predominantemente noticioso, digamos assim, sabe o que se passou através da polícia. Os especialistas entram depois quando o menino é levado para o instituto, fala-se com o psicólogo, os psicólogos só sabem depois. Mas, como disse há pouco, nas histórias marcantes há sempre uma ou duas caixinhas, com um psicólogo, um sociólogo. Fazemos isso e isso deve ser feito. Quando é interessante, ouvimos psicólogos e sociólogos. Mas o psicólogo e o sociólogo e o especialista não é uma fonte, permite o enquadramento.”

Com as vozes locais no topo – admitindo, aliás, que sem isso, sem a ida ao local, não se faz jornalismo –, no CM, segundo este editor, existe a consciência de que, até pela relevância que lhe é conferida, têm de

ser cotejadas, para separar o trigo do joio, para que o jornalista saiba discernir sobre os factos.

“Mas, é a única prática [a ida ao local]. Porque, se quiser saber o que se passou, tenho de falar com as pessoas, com quem tomou conhecimento do caso, com os protagonistas da história, com quem conhece as vítimas, com uma ida ao local. Por isso, vizinhos, familiares, encontram-se, ou não, as pessoas no local. [...] Nós não publicamos tudo o que dizem. Quem ouve as fontes, tem de ter o discernimento para saber com quem está a lidar, ver o que faz sentido e o que não faz sentido. E não se fala apenas com uma fonte, tudo é cotejado, tudo é avaliado e o que não faz sentido é posto de parte e o que é verosímil e confirmado é o que publicamos.”

Apesar destas duas visões existentes sobre a importância dada a diferentes tipos de fontes, certa é a manifesta ausência de menção de fontes nos textos, especialmente no *CM*. O tipo de géneros jornalísticos preferenciais, as breves e as notícias, potenciam esta situação, mas no que toca à cobertura da delinquência juvenil, os dois editores concordam num ponto fundamental, que tem a ver com a dificuldade em encontrar fontes válidas que dêem a cara pelo tema.

O editor do *Público* reconhece as dificuldades: *“Não é difícil encontrar pessoas que saibam deste assunto, difícil é encontrar pessoas que saibam deste assunto e que falem dele de uma forma aberta e clara. Mas acho que pela própria exposição que assunto tem tido ao longo do tempo as pessoas têm percebido que podem confiar mais nos jornalistas”*.

O editor do *CM* também encontra entraves nas fontes, que dificultam a cobertura da delinquência juvenil:

“É mais difícil na delinquência juvenil. Toda a gente se retrai um pouco. E como estamos a falar de menores que devem ser protegidos, o rigor, são assuntos mais sensíveis. É preciso ter ainda mais cautela com as fontes. Estou a falar da prática. É mais difícil chegar a uma história que envolva menores do que a uma que envolva adultos. São mais difíceis porque obrigam a mais trabalho. As fontes retraem-se

mais. Os especialistas, então, fogem a sete pés. Não se querem comprometer com nada. São mais difíceis, mas não impossíveis.”

Esta relação difícil, mas muitas vezes imprescindível, com os especialistas e com os cientistas esteve presente nas respostas de ambos os editores. Ainda há dificuldades, como já mencionado, de comunicação entre estas fontes e o jornalista, que tem de mediar a informação que chega ao público. “*O jornalista é muitas vezes acusado pelo académico de simplificar em excesso e pelo público em geral de termos posto a falar um tipo que não se percebeu o que ele dizia*”, assinala o editor do *Público*.

Muitas vezes, os actos ilícitos apenas são usados como ponto de partida, para abordagem de considerações diversas. Para o editor do *Público*, o jornal deve dar o tema num contexto político e social, sair do singular e dar-lhe um enquadramento: “*É importante que esteja associado a questões políticas e sociais, apenas na medida em que um assunto que tenha, para além da sua carga social, uma dimensão política ganha dimensão. Tem a ver com o número de portas de entrada que podemos dar às pessoas para entrarem no assunto*”.

Este editor, que considera fundamental a intervenção jornalística no tecido social (há uma construção do acto), encara ainda como fundamental que o jornalista no exercício da sua actividade seja socialmente activo, especialmente em matérias sensíveis, embora sem ser activista:

“Socialmente activo, acho que sim. É desejável que o jornalista seja socialmente activo. Está a desempenhar o seu papel. Por um lado, a chatear o poder e por outro a informar as pessoas, a dar-lhe entretenimento se for caso disso, a dar histórias. O jornalista é socialmente activo e nesta área extremamente sensível o simples facto de se falar nela mexe com a consciência das pessoas. É o nosso papel. Eu sinto-me e penso que todos os jornalistas se sentem socialmente activos e não activistas. Não estamos aqui no sentido de defender a causa, mas activo no sentido em que estou a intervir no tecido social. É a nossa função fazê-lo.”

Uma visão diferente tem o editor do *CM* que vê o exercício do jornalismo, pelo menos no *CM*, como um cumprimento de uma função de

“espelho” da realidade. Há uma tradução dos acontecimentos para as páginas do jornal que chegará aos leitores.

“O jornalista é um tradutor. Não é mais do que isso, traduz os acontecimentos e os problemas para o leitor comum. O Correio da Manhã não pode perder a sua vocação diária de jornal que dá notícias mas tem de arranjar espaço para assuntos passados ou recentemente passados que sejam tratados como num semanário. Contar a história, o contexto, as circunstâncias, contar a história e não tanto o que aconteceu ontem.”

O editor do *CM*, relativamente à eventualidade de se sentir ou não socialmente activo quando aborda esta temática, considera que é importante ser socialmente activo, mas mostra uma abordagem desapegada do tecido social, centrando-se na prestação do serviço de informar o leitor.

“A nossa primeira preocupação não é tanto a sociedade em geral mas mais o leitor, a pessoa que nos vai ler. Se contribuímos com isso para mudar alguma coisa tudo bem, mas de facto a nossa primeira preocupação não é mudar o mundo, é mais informar quem compra o jornal. Somos socialmente activos, é evidente que um jornalista que produz e que dá informação tem um papel social activo, é um papel social de relevo. Uma sociedade mais informada e mais esclarecida é sempre de louvar. Se o jornalista contribuir para isso está a cumprir a sua missão.”

6 Notas conclusivas

Relativamente às fontes noticiosas, há aspectos a reter que são transversais aos dois jornais. As fontes policiais são as mais referenciadas, o que não é de estranhar uma vez que estamos perante um tema onde estão presentes ilícitos. Mas deveriam ser apenas estas as fontes recorrentes? Pensamos que não. Há uma panóplia de fontes às quais os jornalistas podem ter acesso, como os próprios entrevistados reconhecem.

Quando analisamos as fontes, percebemos que estamos diante de dois tipos de jornais e de coberturas noticiosas. O *Público*, que tem ao

longo do período uma linha mais centrada na audição de fontes, apresenta práticas noticiosas que revelam que dá mais valor aos chamados especialistas do que às vozes locais, como testemunhas. Esta relação entre especialistas/cientistas e os jornalistas é por vezes complicada. Para além do facto de os especialistas nem sempre estarem interessados em dar a cara por assuntos problemáticos, como é a delinquência juvenil, têm uma linguagem que muitas vezes não se compadece com os critérios noticiosos de simplificação da mensagem.

O *CM*, por seu lado, com excepção de 2000 e 2003, revelou grande inclinação para não citar fontes. Mas, além das policiais, tem uma tendência diferente da do *Público*, uma vez que a sua cultura de redacção e editorial está mais vocacionada para escutar as pessoas que testemunharam um facto ou as que estão mais próximas dos autores, por exemplo os familiares e os amigos. No *CM*, há um crivo de um discurso de identificação relacional (van Leeuwen: 1998, 204), uma maior proximidade com os sujeitos envolvidos. De certa forma, estes sinais de familiaridade tornam o discurso mais popular, mais centrado naquilo que é o dia-a-dia das relações sociais do quotidiano, o que pode aproximar o leitor do jornal.

Reconhecem-se aqui duas culturas de jornalismo distintas. As diferenças manifestaram-se nas páginas dos jornais e também nas palavras dos entrevistados. O *Público* parece fazer um trabalho de maior mediação entre os acontecimentos e o público, revelando uma tendência, em determinados momentos, para procurar explicações.

Já o *CM* centra-se mais numa vocação de uma mediação de “tradução”, ou seja, de transmissão dos acontecimentos “como ocorreram”, sem problematizações colaterais, fazendo uma cobertura mais quotidiana. A delinquência juvenil acaba por andar muito a par e passo de outros fenómenos desviantes que são igualmente importantes para o jornal.

7 Bibliografia

BESSANT, Judith (1997), What the Papers Say: the Media, the ‘Underclass’ and Sociology. In *Youth, Crime & the Media*, ed. Judith

- Bessant e Richard Hill. Tasmânia, National Clearinghouse for Youth Studies.
- CORNU, Daniel (1994), *Jornalismo e Verdade – Para uma Ética da Informação*. Lisboa, Instituto Piaget.
- CYTRYNBLUM, Alicia (2004), *Niñez y Adolescencia en la Prensa Argentina*. Periodismo Social, Capítulo Infância.
- DEARING, James W. e ROGERS, Everett M. (1996), *Communication Concepts 6: Agenda-Setting*. Thousand Oaks, Sage.
- ENTMAN, Robert M. (1997), Modern Racism and Imagies of Blacks in Local Television News. In *Do the Media Govern?*, ed. Shanto Iyengar e Richard Reeves. Thousand Oaks, Londres e Nova Deli, SAGE Publications.
- GANS, Herbert J. (2003), *Democracy and the News*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- GILLIAM Jr., Franklin D., Iyengar, Shanto, Simon, Adam e Wright, Oliver (1997). Crime in Black and White: The Violent, Scary World of Local News. In *Do the Media Govern?*, ed. Shanto Iyengar e Richard Reeves. Thousand Oaks, Londres e Nova Deli, SAGE Publications.
- GOFFMAN, Erving (1986), *Frame Analysis*. Boston, Northeastern University Press.
- GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora.
- HALL, Stuart (2003), The Work of Representation. In *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, ed. Stuart Hall. Londres, Califórnia e Nova Deli, SAGE Publications.
- HALL, Stuart (2003), The Spectacle of the ‘Other’. In *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, ed. Stuart Hall. Londres, Califórnia e Nova Deli, SAGE Publications.

- HALL, Stuart, CRITCHER, Chas, JEFFERSON, Tony, CLARKE, John e ROBERTS, Brian (1999), A Produção Social das Notícias: O 'Mugging' nos *Media*. In *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*, org. Nelson Traquina. Lisboa, Vega Editora.
- IYENGAR, Shanto (1991), *Is Anyone Responsible?*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- IYENGAR, Shanto (1997), Framing Responsibility for Political Issues: The Case of Poverty. In *Do the Media Govern?*, ed. Shanto Iyengar e Richard Reeves. Thousand Oaks, Londres e Nova Deli, SAGE Publications.
- MCMANUS, John e DORFMAN, Lori. (2002), "Youth violence stories focus on events, not causes". *Newspaper Research Journal*, 23(4): 6-20.
- PONTE, Cristina (2005), *Crianças em Notícia*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- SANTOS, Rogério (2006), *A Fonte Não Quis Revelar*. Porto, Campo das letras.
- SCHLESINGER, P. e TUMBER, H. (1994), *Reporting Crime*. Nova Iorque, Clarendon Press.
- TUCHMAN, Gaye (1980), *Making News – A Study in the Construction of Reality*. Nova Iorque, The Free Press.
- TUCHMAN, Gaye (1999), Contando 'Estórias'. In *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*, org. Nelson Traquina. Lisboa, Vega Editora.
- VAN DIJK, Teun A. (1990), *La Noticia como Discurso – Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona, Paidós Comunicación.
- VAN DIJK, Teun A. (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto, Campo das Letras.

VAN LEEUVEN, Theo (1998), A representação dos actores sociais. In *Análise Crítica do Discurso* org. Emília Ribeiro Pedro. Lisboa, Caminho.

Fontes de suporte electrónico:

“Balas Perdidas” http://www.andi.org.br/_pdfs/BalasPerdidas.pdf By Veet Vivarta, ANDI, 2001. [Consultado em Maio de 2004]

“Off Balance: Youth, Race & Crime in the News” <http://buildingblocksforyouth.org/media/media.html> By Lori Dorfman e Vincent Schiraldi, 2001. [Consultado em Julho de 2004]

Media:

Correio da Manhã

Público